



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

Termos de Uso e direitos territoriais: o caso da Comunidade Remanescentes de Quilombo do Ariramba

Autoria: Valentina Calado Pompermaier

O work apoiou a formulação de uma minuta de Termo de Uso (TU) junto à Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Ariramba (ACORQA), entidade representativa da comunidade homônima, situada no município de Óbidos, na fronteira com Oriximiná. O documento é uma demanda da referida comunidade, junto ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), para a regularização do acesso e uso de recursos naturais no interior da Floresta Estadual (Flota) do Trombetas. Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável criada em 2006, dois anos depois que a comunidade do Ariramba solicitou a titulação das terras ocupadas. Desde então, o território pleiteado pela comunidade esteve parcialmente sobreposto à Flota do Trombetas. Mesmo com os recentes avanços no processo, parte da área reivindicada pela comunidade não foi incluída no território em vias de titulação, gerando a necessidade do Termo de Uso para acessá-las. Assim, a comunidade permanece em um contexto de fragilidade jurídica e, conseqüentemente, de insatisfação, uma vez que as políticas propostas pelo Estado acabam sendo descumpridas por ele próprio. Apesar disso, a comunidade reúne esforços para reunir, compreender e atender às demandas dos órgãos públicos, de forma a garantir seus direitos territoriais. A reunião de elaboração da minuta do TU expressa um desses esforços. Desse modo, o work



partiu de estudos bibliográficos e levantamento documental de outros Termos de Uso em andamento no Ideflor-bio ?, sistematizando as informações consultadas para reunião de elaboração da minuta. O work desenvolvido junto à comunidade foi essencial tanto para iniciar o processo de construção do TU, quanto para o processo de aprendizado antropológico. Deste work, depreende-se a possível, senão provável, incapacidade do TU de satisfazer às expectativas do grupo. Nesse sentido, a necessidade de um TU para a comunidade do Ariramba configura uma subordinação ao controle estatal, evidenciando contradições na política socioambiental. Ainda, a morosidade destes processos representa uma ameaça aos direitos das comunidades tradicionais, que se veem compelidas a reformular suas formas de organização política, face a juridicização das relações sociais que permeiam as novas dinâmicas da realidade rural na Amazônia.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

